



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
COLÉGIO DE DIRIGENTES
Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES
27 3357-7500 – ramal 2044 / 2013

Ata da reunião do Colégio de Dirigentes do Ifes 14 de julho de 2017

No dia quatorze de julho de dois mil e dezessete reuniu-se o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, às nove horas, no Auditório do curso de Eletrotécnica do campus Vitória, sob presidência do reitor Denio Rebello Arantes, com a presença dos seguintes membros: da Pró-reitoria de Administração, sr. Lezi José Ferreira; da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, sr. Ademar Stange; da Pró-reitoria de Ensino, sra. Araceli Verônica Flores Nardy Ribeiro; da Pró-reitoria de Extensão, sr. Renato Tannure Rotta de Almeida; da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, sr. Márcio de Almeida Có; da Diretoria de Planejamento, sr. Élton Siqueira Moura; do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância, sra. Vanessa Battestin Nunes; da Diretoria de Administração e Orçamento, sr. Cristiano Titó Melado; da Diretoria de Gestão de Pessoas, sra. Líssia Pignaton de Oliveira; da Diretoria de Tecnologia da Informação, sr. Joubert Alexandrino de Souza; da Diretoria Executiva, sr. Mauro Silva Piazzarollo; do campus Alegre, sra. Maria Valdete Santos Tannure; do campus Aracruz, sr. Hermes Vazzoler Júnior; do campus Barra de São Francisco, sr. Jean Rubyo de Oliveira Lopes; do campus Cachoeiro de Itapemirim, sr. Carlos César de Oliveira Bettero; do campus Centro-Serrano, sra. Adriana Piontkovsky Barcelos; do campus Colatina, sr. Luiz Braz Galon; do campus Itapina, sr. Anderson Mathias Holtz; do campus Linhares, sr. Antônio de Freitas; do campus Montanha, sr. André dos Santos Sampaio; do campus Piúma, sra. Cláudia da Silva Ferreira; do Polo de Inovação Vitória, sr. Marcelo Lucas Pereira Machado; do campus Santa Teresa, sr. Moacyr Antônio Serafini; do campus São Mateus, sra. Inês Maria Pizetta Moschen; do campus Serra, José Geraldo Neves Orlandi; do campus Venda Nova do Imigrante, sr. Aloísio Carnielli; do campus Vila Velha, sra. Denise Rocco de Sena; do campus Vitória, sr. Ricardo Paiva. Presidente abre a reunião, cumprimenta os presentes, a seguir faz leitura da minuta da pauta, com os seguintes itens: **1. Informes; 2. Apreciação Regimento Interno Arinter; 3. Apreciação Termo de Parceria proposto pelo Inep para certificação ENCEJA; 4. Apreciação Política Gestão de Risco; 5. Apreciação Minuta para Celebração de Parcerias; 6. Apreciação Regulamento do Fiec; 7. Apreciação PPC Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática - Campus Colatina; 8. Apreciação PPC Curso Técnico em Informática para Internet concomitante ao Ensino Médio Pronatec - Campus Ibatiba; 9. Apreciação PPC Curso Técnico em Administração concomitante ao Ensino Médio Pronatec - Campus Apreciação Montanha; 10. Apreciação PPC do Curso Técnico em Informática para Internet concomitante ao Ensino Médio Pronatec - Campus Montanha; 11. Informações sobre o ensino do MedioTec (EaD).** A seguir abre o **item 1 e relata que esse assunto tem sido desenvolvido nos últimos 3 anos**, destacando que o Ifes possui uma Assessoria Internacional que ainda é pequena apesar de ser bastante ativa e que esse documento tem a intenção de regulamentar as ações institucionais na instituição, ressaltando que o regimento foi encaminhado, por e-mail, no dia 19 de junho. A seguir passa a palavra para a assessora de relações internacionais, professora Verônica

Barreto que relata que a primeira versão do documento foi encaminhado às pró-reitorias, destacando que os pró-reitores de Ensino, de Pesquisa e Pós-graduação e o de Extensão, apontaram problemas e deram contribuições que foram muito importantes para a constituição do documento atual. O pró-reitor de extensão, professor Renato Tannure, questiona a estratégia da Arinter para incluir os campi. A assessora Verônica responde que essa ação já vem sendo estudada pela arinter, exemplificando que elaboração de uma proposta institucional que juntamente com a política de relações internacionais que está sendo trabalhada pela rede, possibilitará que a atuação da arinter seja perceptível em todos os campi do Ifes. Acrescenta que há pouca coisa estruturada, não somente no Ifes, mas em toda a rede, destacando que há outros projetos desenvolvidos pela assessoria que visam trabalhar na questão de mobilidade, definição de orçamento próprio, dentre outros, destacando que o trabalho foi iniciado há três anos e que o regimento é o passo inicial para regulamentar institucionalmente as ações da Arinter. O Presidente relata que as ações de política de internacionalização da rede se resumiam às ações isoladas de algumas instituições, principalmente na pós-graduação, ressalta que o campus Vitória recebeu alunos de outros países de nível médio à época do Cefetes e outras ações menores. Acrescenta que essas ações, apesar de importantes, eram incipientes até o início do programa Ciência Sem Fronteiras, que exigiu um grande esforço institucional, informando que a política de internacionalização é um processo em construção da rede e do Ifes. A assessora Verônica divulga que há três semanas foi criada a Rede de Internacionalização da Educação do Espírito Santo, formada por profissionais da FDV, Ifes, UFES, Emescam, UCL e UVV, destacando as ações que estão sendo realizadas, dentre elas, o ensino de francês e o projeto de internacionalização do currículo. O Presidente chama atenção para um novo programa que é único no Brasil e que está sendo custeado pela embaixada dos Estados Unidos cujo objetivo é aprimorar as habilidades em inglês dos docentes. A assessora Verônica informa que no próximo ano, um professor americano lecionará para um grupo de professores e também técnicos administrativos que lecionam em cursos de extensão, destacando a necessidade de se ter conhecimentos em nível global. O Presidente relata que se o projeto for exitoso será replicado em outros institutos. O pró-reitor de pesquisa e pós-graduação, professor Márcio Có, parabeniza o trabalho realizado pela assessoria internacional. O Colégio de Dirigentes parabeniza as ações realizadas pela assessoria internacional e se manifesta favoravelmente ao regimento interno da assessoria internacional. O Presidente abre o **item 4** explicando que o conceito de política de gestão de risco é baseado no mundo privado, constituindo-se em uma ferramenta para analisar e enumerar todos os riscos que envolvem uma determinada ação para que assim, possa-se corrigir problemas e amenizar consequências, destacando que hoje é uma exigência dos órgãos de controle. Passa a palavra para o diretor de planejamento, professor Éltton que ao cumprimentar os presentes, apresenta a legislação que estrutura e exige a implantação da política de gestão de riscos. Relata que durante o processo de elaboração da política, foram realizadas consultas na CGU, TCU e TRE, destacando adequações às particularidades institucionais e, posteriormente, uma apresentação à auditoria interna do Ifes, cujas sugestões resultaram em pequenos ajustes. Logo após, o texto foi disponibilizado para consulta pública, cujas contribuições foram analisadas e aquelas pertinentes foram agregadas ao texto. Inicia a apresentação, destacando os envolvidos e suas respectivas responsabilidades, expondo a seguir, os processos inerentes a uma política de gestão de riscos, destacando que a política não é realizada pela reitoria e sim por conselhos. Destaca que as próximas etapas são a submissão ao Conselho Superior e publicação de resolução, elaboração de manual, definição dos primeiros setores. O Presidente destaca que os órgãos de controle estão insistindo que as instituições tenham suas políticas de risco, ressaltando que atualmente todo erro cometido deve ser justificado, e que, com a introdução da política de risco, a justificativa será mais difícil, pois o problema deveria ter sido previsto. Destaca que, no início

é algo complexo pois não há qualquer experiência institucional no assunto, acrescentando que, a medida que o processo for sendo implantado, a instituição vai aperfeiçoando suas ações e compreensão sobre o assunto, destacando que é um trabalho árduo, mas que pode reduzir consideravelmente os erros. O dirigente Hermes relata que a intenção é ter um maior controle de processos e projetos, principalmente naqueles mais comuns, destacando que o que é novo é mais complicado, vamos ter uma dificuldade de errar o que é comum, essa é importância. O diretor Éltton explica que os parâmetros para a matriz de severidade serão definidos pelo Ifes, acrescentando que há, nesse projeto, um indicador cujo objetivo é diminuir as recomendações e constatações de auditoria, explicando que a ideia é fazer um levantamento do quantitativo existente antes da implementação da política, e a análise do quantitativo depois da implementação. A chefe de gabinete, professora Katherine, sugere que a assessoria processual seja incluída no processo, uma vez que, aparentemente, haverá muita demanda jurídica. O diretor Éltton confirma a demanda jurídica na implantação da política de gestão de riscos e que por isso, definitivamente o processo tramitará na assessoria processual. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente à Política de Gestão de Riscos. O Presidente abre o **item 5** e passa a palavra para o diretor de relações empresariais e comunitárias, professor Clayton Peronico de Almeida, que ao cumprimentar os presentes relata que essa minuta surge da necessidade de organizar as relações com nossos parceiros, uma vez que não existia um termo de convênio. Diante disso, acrescenta que a diretoria de relações empresariais e comunitárias iniciou a elaboração de um manual com o intuito de instruir os campi e também modelos de documentos jurídicos que auxiliassem na celebração da parceria. Relata que nos últimos dois anos e meio, com ajuda dos procuradores do Ifes, foi elaborado um modelo para cada ação, exemplificando, a seguir, detalhadamente cada uma delas, que se diferenciam por possuir repasse ou não. Informa que foram criados 10 instrumentos que podem envolver ou não a reitoria, destacando que, caso a parceria envolva mais de um campus, a diretoria de relações empresariais e comunitárias sugere que a parceria seja celebrada na reitoria. Destaca que o instrumento jurídico deve ser pautado em um plano de trabalho e que, a partir dessa relação é verificado o melhor instrumento jurídico a ser aplicado, ressaltando que essa minuta visa orientar a elaboração dos instrumentos que regulam as ações com os nossos parceiros. O Presidente relata os diversos contratemplos que aconteciam toda vez que havia algum interessado em realizar uma parceria com o Ifes, destacando que com esses modelos, a celebração de parcerias será um processo mais célere e padronizado. O pró-reitor de extensão, professor Renato Tannure, explica que, a partir da aprovação do documento, a instituição trabalhará na elaboração de portaria de delegação de responsabilidade, destacando que, quando a parceria for apenas de âmbito local, ou seja, campus e municípios limítrofes, seja celebrada pela diretor-geral, acrescentando que a celebração será posteriormente comunicada a Proex. O pró-reitor de desenvolvimento institucional, professor Ademar Stange, declara que tão importante quanto celebrar parcerias é realizar o devido acompanhamento dessas cooperações. O dirigente Ricardo relata que o campus Vitória tem muito convênio por causa dos estágios. O pró-reitor de extensão relata que o convênio tem um processo institucional próprio, foi padronizado e atualmente está descentralizado, destacando que os acordos englobados nesse documento se referem a parceiros municipais. O pró-reitor de pesquisa e pós-graduação parabeniza trabalho realizado, destacando o quanto ações dessa natureza são importantes para a instituição. O pró-reitor Renato Tannure, em resposta ao pró-reitor Ademar, relata que deve associar a parceria a alguma ação institucionalizada no escopo do plano de trabalho, destacando que o registro é uma avaliação de proposta, acompanhamento e também execução, ou seja, todo o processo. Relata que o Ifes precisa aperfeiçoar sua cultura institucional, visto que há servidores que se referem ao acompanhamento como uma burocracia inútil, destacando que isso requer um grande esforço e

envolvimento institucional, resumindo que o acompanhamento será feito a partir da relação com a ação institucionalizada dentro dos processos. O diretor Élton relata que está sendo homologado um software que possibilitará o acompanhamento de projetos, destacando que a ferramenta foi testada e os resultados foram excelentes, acrescentando que o programa pode ser muito útil nesse caso. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente à Minuta de Celebração de Parcerias. O Presidente abre o **item 6** e passa a palavra para o pró-reitor Renato Tannure que relata que o trabalho que resultou no texto iniciou-se há muito tempo, destacando o excelente trabalho realizado pela servidora Sheila Siqueira. Acrescenta que o regulamento do FIEC tramitou na câmara de extensão, no Cepe, onde recebeu contribuições e agora, como parte da tramitação institucional, será analisado pelo Colégio de Dirigentes, e coloca-se à disposição dos dirigentes para eventuais esclarecimentos. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente ao regulamento do Fórum de Integração Escola-Empresa-Comunidade (Fiec). O Presidente abre o **item 3** e passa a palavra para a pró-reitora de ensino, professora Araceli, que relata que, a partir desse ano, não será concedida certificação do ensino médio por meio do Enem, explicando que o aluno, para conseguir a certificação, precisa fazer a prova do Enceja, ressaltando que essa não é uma decisão do Ifes e sim do Governo Federal. Esclarece que ainda serão concedidas as certificações, só que agora por meio da prova do Enceja e pergunta se os dirigentes concordam. O dirigente Ricardo relata que, durante a emissão de certificação do Enem, a instituição assumia uma responsabilidade que não lhe cabia, que era do Estado, destacando que a emissão dos certificados se constituía um problema sério, em que não raro verificava-se agressões verbais e exigência de celeridade por parte dos requerentes. Acrescenta que é uma atividade extremamente trabalhosa e complexa, que consome muito tempo do registro acadêmico, sugerindo que, caso a atividade continue a ser executada pelo Ifes, que seja responsabilidade de algum setor da reitoria. O Presidente afirma que a centralização da atividade em um setor vai de encontro ao propósito da certificação, ou seja, disponibilizá-la em todo o território capixaba para que alcance o maior número possível de pessoas. O dirigente Hermes concorda com o dirigente Ricardo no que tange o trabalho exigido para realizar a atividade, questionando por que o Estado não executa essa atividade, ou seja, realizar a prova e o fornecimento dos certificados. A pró-reitora Araceli responde que a avaliação será feita pelo Governo Federal, só que sem estar atrelada ao Enem, explicando que não haverá alteração nas atividades que já eram realizadas no Ifes, ou seja, será encaminhada uma lista com as notas e a partir dela, serão emitidos os certificados. O dirigente Hermes acrescenta que, por outro lado, há um aspecto positivo nessa atividade, ou seja, a pessoa quando vai solicitar seu certificado fica conhecendo a instituição. O Presidente concorda com o dirigente Hermes, ressaltando que ao conhecer a instituição, a pessoa poderá obter informações sobre os cursos oferecidos, podendo se tornar um aluno da instituição. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente ao termo de parceria proposto pelo Inep para certificação ENCEJA. O Presidente abre o **item 7** e passa a palavra para a pró-reitora Araceli que relata que o curso de informática do campus Colatina, está substituindo um curso que foi extinto, destacando que será na modalidade presencial, concomitante, no turno noturno, com 32 vagas anuais, com duração de 3 semestres, início previsto para 2018/1, carga horária de 1008 horas, sendo que o campus possui um RAP de 16,43 e após o curso irá para 17,40. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente ao Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática do campus Colatina. O Presidente abre o **item 8** e passa a palavra para a pró-reitora Araceli que relata que o curso técnico em Informática do campus Ibatiba – Pronatec será oferecido na modalidade presencial, concomitante, no turno noturno, com 30 vagas de oferta única, duração de 3 semestres, início em 2016/2, e carga horária de 1200 h. Informa que esse curso já está no final e não tem resolução de oferta, destacando que a falta de tramitação interna foi um problema originado pela falta de diálogo, em alguns momentos, entre a

coordenação do Pronatec e a Proen. Por causa disso, acrescenta que o curso começou a ser ofertado e não houve tramitação institucional, ressaltando que cursos que tem certificados deve possuir uma resolução de oferta. Destaca a falha institucional no processo, mas afirma que o problema deve ser resolvido para que o aluno não seja prejudicado. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente a oferta do Curso Técnico em Informática para Internet – Pronatec do campus Ibatiba. O Presidente abre o item 9 e passa a palavra para a pró-reitora Araceli que que o Curso Técnico em Informática para Internet do campus Montanha será ofertado em Pedro Canário, na modalidade presencial concomitante, Pronatec, no turno noturno, com 40 vagas de oferta única, duração de 3 semestres, início em 2017/2, e carga horária de 1000 h. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente à oferta do Curso Técnico em Informática para Internet – Pronatec do campus Montanha que será ofertado em Pedro Canário. O Presidente abre o **item 10** e passa a palavra para a pró-reitora Araceli que relata que o Curso Técnico em Administração Pronatec do campus Montanha será ofertado em Pedro Canário, na modalidade presencial concomitante, no turno noturno, Pronatec, 40 vagas de oferta única, início em 2017/2, com duração de 3 semestres, carga horária de 1000 horas. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente a oferta do Curso Técnico em Administração Pronatec do campus Montanha que será ofertado em Pedro Canário. A pró-reitora Araceli divulga que os cursos do Mediotec irá iniciar no próximo semestre, mas ainda há dúvidas sobre essa questão, por isso, tão logo o assunto seja fechado, a tramitação deverá ocorrer o mais rápido possível. O Presidente abre o **item 1** e relata que, naturalmente, existe um salvaguarda de carga horária para quem está no cargo de direção, ou seja, há a possibilidade de reduzir, sem limite, a carga horária para quem o diretor-geral designar para atividades extracoordenadoria, no entanto, a carga horária está muito misturada, não separando EaD da atividade regular. Revela que no dia 16 de agosto será apresentado o trabalho do GT da portaria 246 que, basicamente, estabelece o quantitativo de servidores baseado nos modelos de campi, destacando que houve muitas discussões, visto que haverá mudanças profundas em alguns institutos, exemplificando que algumas instituições perderão muitos cargos como o IFMA. Informa que conhece um pouco da proposta que implicaria na elaboração de um projeto de lei criando cargos e funções, acrescentando que é algo muito complicado para o atual momento econômico e político do país, no entanto, destaca a importância de mostrar o que está faltando nas instituições, assumindo a responsabilidade de todos os envolvidos nos processos de expansão dos institutos federais, mas ressaltando que foi uma determinação do MEC. Informa que além da proposta ideal, há um modelo intermediário que distribui os cargos atuais que se constitui, basicamente, na realocação dos cargos existentes, acrescentando que, mesmo que seja uma ação um pouco superficial, é um avanço, uma vez que a EaD está sendo incorporada no processo. O Presidente relata que a matriz orçamentária teve algumas mudanças que atingem o Ifes, destacando que os principais aspectos são a mudança de peso de curso e a mudança de critério. Destaca que essas mudanças foram resultados de uma discussão baseada em conceitos, ressaltando que apesar de não ser o ideal é um grande avanço. Relata que um dos pontos que possibilitará o início da discussão e consequente alteração foi a percepção de que a distância entre a classificação de peso 1 ao peso máximo era um absurdo, uma vez que não correspondia a diferença real entre os cursos. Destaca que desta vez o padrão será baseado no catálogo de cursos técnicos e o peso será definido a partir da quantidade de laboratórios de cada curso, tendo como limite o quantitativo estipulado no catálogo nacional de cursos técnicos. Alerta que o padrão pode ser alterado futuramente mas será o parâmetro para a definição da matriz orçamentária do próximo ano. Divulga que as licenciaturas passaram a possuir peso máximo e isso é resultado de um esforço para o aumento da oferta das licenciaturas, acrescentando que, no que tange, às pós-graduação lato sensu, o peso será definido a partir do eixo tecnológico do curso, ou seja, o eixo técnico define o peso da pós-graduação

lato sensu. Mostra-se satisfeito com o nível de maturidade mínima que foi conseguido em relação as pós-graduação stricto sensu, uma vez que se chegou a conclusão de que a fórmula usada, ou seja, dividir a carga horaria do curso por 800 e multiplicar por aluno, não cobre os custos visto as particularidades dos cursos de mestrado e doutorado. Esclarece que o curso de mestrado é de, no mínimo, dois anos, além da quantidade de laboratórios necessários, constituindo assim uma injustiça. Divulga que agora todas as pós-graduações stricto sensu passaram para peso 2,5 mais 50%, ou seja, 3,75, fator que ainda é insuficiente e que não resolve completamente a situação, mas já é um progresso. Relata que, por causa da relação direta com o catálogo nacional de cursos, teve cursos técnicos do Ifes que foram classificados em pesos menores, uma vez que a nomenclatura escolhida o coloca em eixo diferente, exemplificando situações. Informa que, mesmo que na soma geral o Ifes tenha alguma perda, no próximo ano haverá outra discussão que possibilitará tanto a correção de distorções quanto o avanço institucional. Divulga que os cursos EaD que não são financiados continuam com o mesmo percentual, ou seja, 0,25, no entanto, aqueles financiados pela instituição foram alterados para 0,80, ou seja, quase o valor de aluno presencial. O pró-reitor de administração, servidor Lezi relata que todas as informações divulgadas pelo Presidente serão encaminhadas formalmente a cada campus, com a descrição individual de cada unidade administrativa, destacando que, mesmo com a modificação dos pesos, não houve uma grande diferença na matriz orçamentária institucional. O dirigente Orlandi destaca que houve todo um esforço da rede para fazer um levantamento de peso de cursos que demandou um grande esforço e tempo, o qual resultaria na alteração da matriz orçamentária em função do cálculo do Rap. O Presidente responde que o calculo do Rap é diferente do peso orçamentário, ou seja, o custeio de cada aluno não tem relação direta, para fins de constituição de matriz orçamentária com o Rap. A dirigente Vanessa destaca que a fórmula de basear o custeio no quantitativo de laboratórios e pouco eficaz, uma vez que os laboratórios têm pouco impacto no custeio de um campus. O dirigente Hermes discorda da dirigente Vanessa justificando que, evidentemente, o custo de telefonia, energia, dentre outros são maiores que o custeio de um laboratório, no entanto, há laboratórios com os de química e mecânica que tem um alto custo, ou seja, a cada dois anos, gasta-se em torno de 300 mil reais de custeio para mecânica e 250 mil para química. O Presidente relata que nesse caso o caminho é fazer mais simulação, comparando os posicionamentos dos dirigentes com os dos gestores no Conif, ou seja, cada um só tinha o olhar do seu curso sem conhecer o outro. Acrescenta que, em relação à matriz orçamentária, há ainda alguns informes, destacando a apresentação de um gráfico que demonstra que a matriz total está na descendente em relação a recursos, sendo o pico máximo 2015, mas que, possivelmente, a melhor matriz foi 2012, e que, sobre a matriz de 2018, ainda é uma incógnita. Explica que utilizou-se como referência o ano de 2015, aplicando sobre o valor a inflação e crescimento de alunos, atualmente o valor é de 2,2 bilhões de reais, dos quais, foram cortados 10% do total e 40% do valor destinado a investimento. Como resultado, acrescenta que se chegou ao valor de 4 bilhões, que é o valor mínimo para que nenhuma instituição tenha perdas orçamentárias, destacando que o ano de 2017 é o valor referência para os próximos 20 anos, concluindo que essa é a situação de custeio, uma vez que investimento está completamente por fora da matriz. Informa que a portaria 28 foi revogada, uma vez que em maio foi publicado um decreto que retirou dos ministros o poder de fazer contingenciamento, destacando que isso melhora um pouco a situação, visto que o Ifes já não seguia a portaria 28, ressaltando que há um 10 % e a esperança de que, caso a arrecadação aumente, ele seja repostado. Divulga que, em virtude do crescimento vegetativo da folha, os gastos federais, ano que vem, batem no teto, assim, ressalta que, caso a PEC não seja derrubada, haverá ainda mais cortes. Apresenta mais um complicador na consecução de recursos, uma vez que aqueles captados não são incorporados no orçamento, e sim substituídos pelo mesmo valor, situação que é um impeditivo para o

empreendedorismo institucional, ressaltando que a instituição precisa encontrar uma solução para que os recursos captados sejam incorporados o orçamento, e classifica que a impossibilidade de se transformar arrecadação em orçamento é uma estupidez. No que se refere aos Cursos Fic, relata que não houve alteração na situação atual, destacando a necessidade de uma pressão das instituições para que os Fics sejam classificados de acordo com os eixos em que estão localizados, informando que uma das justificativas para não alterá-los foi a impossibilidade de classificar esses cursos dentro do prazo. Ao ser questionado sobre a captação de recursos, o Presidente responde que existem projetos que podem ser realizados com a Facto, basicamente aqueles oriundos de pesquisa e extensão, destacando que os de âmbito de desenvolvimento institucional são mais difíceis. Abre o item 11 e relata que, como resultado do processo de negociação com a Setec, o Ifes conseguiu 2100 vagas para serem ofertadas pelo Mediotec, destacando os problemas com o parceiro Sedu, responsável pelo edital, enfatizado que o edital foi prorrogado e que, mesmo assim, as vagas não foram preenchidas. Passa a palavra para a coordenadora do Mediotec, professora Mariana Biancucci Apolinário Barbosa que apresenta a situação atual do Mediotec, destacando as ofertas, os campi polo, os polo UAB. Revela que das 2100 vagas ofertadas por meio desse edital, houve 1.545 inscritos, destacando que a distribuição foi muito heterogênea, ou seja, há turmas com 160 candidatos, muito acima das vagas e outras com nenhum candidato. Informa que o Ifes está em negociação com a Sedu para o preenchimento dessas vagas e em paralelo garantir que os 1.500 alunos inscritos sejam matriculados, ressaltando que pode haver casos em que a matrícula seja cancelada pelo CRA, seja pela falta ou seja por erro na relação dos documentos. Relata a estratégia de se criar duas turmas naqueles municípios em que houve muita demanda, informando que já há candidatos procurando informações por meio de telefone, destacando que, embora o edital seja responsabilidade da Sedu, a matrícula é responsabilidade do Ifes e que será efetuada a partir da relação de aprovados enviada pela Sedu. Destaca que caso algum aluno ou responsável procure informações no campus que ele seja orientado a acessar o edital no site, uma vez que a quase todas as dúvidas podem ser dirimidas virtualmente, ressaltando que há, no site do Cefor, um banner especificamente do Mediotec, no qual consta toda a orientação necessária. O Presidente relata que solicitou ao MEC prorrogação do início das aulas, que estão agendadas para 14 de agosto, no entanto, o Ministério foi irredutível, assim, divulga que há um período de 20 dias após essa data para seja realizado o remanejamento de alunos, por causa de evasão, e que o Ifes estuda deixar o edital aberto durante esse período. A pró-reitora Araceli sugere que sejam encaminhados memorandos aos CRA's detalhando as atividades e os procedimentos a serem executados, documentos estes que devem também ser encaminhados aos diretores-gerais. A coordenadora Mariana explica que foi solicitado que a ACS simplifique as publicações de forma didática para que possa matricular o maior número possível de alunos. O dirigente Hermes relata que há o sentimento que o governo estadual não fornece as informações corretas, exemplificando situações em que não há qualquer controle e ou inferência da esfera estadual, ressaltando que nesse contexto a comunidade externa acredita que os problemas são causados pelo Ifes. A coordenadora Mariana informa que está agendada uma videoconferência, na próxima terça-feira, às 13h30 em que todas as instruções e orientações serão repassadas aos CRA's, destacando que o polo não faz matrícula, e sim o campus ofertante, ou seja, Vila Velha, Ibatiba, Colatina e Alegre, enfatizando que, no entanto, o recebimento da documentação é responsabilidade dos polos. Informa o cronograma e detalha as ações, destacando que o aluno faz o requerimento de matrícula que não deve ser lançada somente no acadêmico, mas também no Sistec, para que o Ifes possa receber os recursos orçamentários. E destaca que o edital da Sedu não previu prazo para recursos. Relata a necessidade de algumas informações até o final do dia, ou seja, a indicação do responsável pelo projeto nos campi e nos polos, e também o representante do CRA dos

campi ofertante. Informa que o responsável não vai ser remunerado e que todo o processo seletivo é fruto de um grande esforço dos envolvidos. Enfatiza a necessidade de se estabelecer, hoje, o local e o horário de atendimento porque na segunda-feira, essas informações serão publicadas no site do Ifes, acrescentando que a matrícula começa na próxima quarta-feira, dia 19, finalizando no dia 25. A dirigente Denise sugere realizar uma videoconferência com coordenadores, considerando essa opção mais favorável para o repasse de informações. A coordenadora Mariana destaca a necessidade de se ter professores formadores até 31 de julho, explicando que na EaD essa capacitação precisa ocorrer antes, relata que o Cefor será responsável por ofertar as 4 primeiras disciplinas, e que todas as informações serão encaminhadas por e-mail. O Presidente relata que foi encaminhada, após reunião com o Sinasefe e Condetur, solicitação de alteração da portaria que são modificações pequenas mas muito significativas, uma vez que visam incorporar conceitos de pesquisa ensino e extensão, destaca a incorporação da educação a distância, a partir do trabalho do GT de EaD, do qual a dirigente Vanessa participa. Explica que haver uma portaria normativa e que cada instituição vai ter que fazer sua resolução de atividade docentes, destaca que essa normativa é bem estruturada e organizada, acrescentando que, na próxima reunião do Conif, será solicitado que o Conif elabore uma resolução modelo nos moldes do RSC e do Professor Titular. Relata que foi solicitado a secretária da Setec que a portaria 17 tivesse seu prazo de implementação, que é 24/07, adiado para outubro, possibilitando que a Setec tenha tempo para analisar o trabalho que está sendo realizado. Destaca que houve solicitação para alterar a portaria que institui campus avançando, incluindo a pesquisa, visto que no documento restringe às atividades de ensino e de extensão, prejudicando aos docentes desses campi. Relata a responsabilidade solidária pela criação de campi, mas a maioria deles foi vontade do MEC que sabia da necessidade de cargos, por isso há uma dívida do ministério para com as instituições no que tange aos cargos. Informa que há um modelo de distribuição ideal, proposto pelo Conif, um modelo intermediário, e um modelo seco que faz um remanejamento dos cargos que estão discriminados na portaria, destacando ser esse modelo o mais provável a ser implementado. Relata alterações na matriz orçamentária que atingem o Ifes de uma forma ou de outra, a principal delas é sobre o peso de curso e critérios em relação à Matriz, destacando a discussão um pouco mais conceitual a partir da percepção de que a proposta que existia entre o peso 1 e o máximo era um absurdo e que era necessário reduzir esse gap, pois na realidade não existe essa diferença tão grande entre um curso e outro. Acrescenta que, desta vez, o padrão é baseado no catálogo nacional de cursos técnicos, assim, a carga horária é a carga horária mínima definida no catálogo; e o peso ficou basicamente relacionado ao número de laboratórios que o curso tem, de acordo com o que está previsto no catálogo nacional de cursos técnicos. Informa que de uma forma ou de outra era necessário fazer uma padronização, destacando que esse padrão pode mudar no futuro, mas que será utilizado para a matriz atual. Relata que as licenciaturas passaram para peso máximo, e que essa alteração não se deve ao gasto dos cursos, mas sim ao aspecto político, ou seja, em um esforço para que todas as instituições ofertem licenciatura e também, por causa da grande evasão desses cursos, destacando que o peso passou para 2,5 em todos os cursos de licenciatura. Informa que pós-graduação lato sensu passaram a trabalhar com o eixo, assim, o peso será definido a partir do eixo tecnológico. Relata que, em relação ao mestrado e ao doutorado, foi realizada uma discussão mais esclarecedora sobre os fatos, basicamente em virtude do aumento das instituições que ofertam esses cursos, chegando-se a conclusão de que não se pode pegar a carga horária da pós-graduação, dividir por 800, para ser o multiplicador do curso, uma vez que o número de alunos já é pequeno. Destaca que as pessoas entenderam que um curso de mestrado dura, no mínimo, 2 anos, e por isso, são necessárias 800 horas por ano, e entendeu-se também que esses cursos necessitam de muitos laboratórios e que para mantê-los exige-se muitos gastos,

enfatizando que no doutorado, a situação é ainda pior. Relata que todas as pós-graduações stricto sensu passaram para peso máximo 2,5 acrescido de 50%, ou seja, terão um peso de 3,75 de multiplicador, ressaltando que ainda não é suficiente, mas é uma melhora significativa, um grande avanço. Destaca que contestar a reforma do ensino é um esforço inútil, uma vez que ela já foi legalmente implementada, ressaltando que a instituição tem duas opções, ou seja, ficar a parte do processo, realizando apenas o necessário; ou então, aproveitar a chance e ser protagonista no processo, transformando-se em referência. Relata que o Ifes deve aproveitar essa oportunidade, destacando que, pensando nisso, que foi realizado todo o esforço para se conseguir as vagas do Mediotec, acrescentando que o Ifes tem todas as condições de cumprir esse papel, só basta a vontade e o esforço institucional. Relata que o Ifes foi premiado no Recall de Marcas da rede Gazeta, no é um concurso a respeito das empresas mais lembradas pelo consumidor capixaba, destacando que a instituição foi vencedora na categoria “quando você pensa em educação profissional você pensa em”. Enfatiza a importância do prêmio e a colocação a frente do sistema S, destacando que é uma demonstração do reconhecimento da população da Grande Vitória e que fora dela, o prêmio é ainda mais representativo. Informa que as pró-reitorias estão se preparando para o processo de transição, destacando que esse trabalho também deve ser realizado pelos campi e passa a palavra para o diretor Élton que relata que, na semana passada, foi feito relatório dos projetos que forma finalizados e que estão sendo executados pela atual gestão. Declara que esse trabalho está sendo denominado Resultado de Gestão, exemplificando que ele é maior que um projeto, e destacando que os próximos gestores devem dispensar atenção aos projetos realizados e também naqueles que estão em andamento. Destaca que o Resultado de Gestão consiste em dois relatórios, o primeiro mais resumido e o segundo, mais específico e que será direcionado tanto para a comunidade interna quanto para a comunidade externa. O candidato eleito para o cargo de Reitor, professor Jadir Pela, destaca que esse é um momento muito importante para a instituição, destacando que o registro valoriza o trabalho de todo mundo e que evita a perda de prazo e também a descontinuidade. Relata que essas ações oferecem ao próximo gestor as ferramentas e o compromisso para garantir a continuidade dos projetos e obrigações institucionais, enfatizando que não se pode haver uma ruptura durante esse processo. Divulga que, no próximo dia 21, será realizada uma reunião com todos os dirigentes, ou seja, os atuais e aqueles que foram eleitos, para que esse trabalho de transição seja executada da maneira mais benéfica para a instituição, destacando que, ao término das eleições, deve-se garantir um trabalho de recepção e integração. Relata que a equipe de transição está sendo finalizada, e que esse processo auxilia na compreensão das necessidades institucionais, destacando que a reitoria deve visitar frequentemente os campi para planejar suas ações. Informa que já possui o nome dos servidores que comporão a equipe de transição, faltando detalhes, e tão logo eles sejam resolvidos, o trabalho de transição será iniciado na reitoria e posteriormente nos campi. O Presidente destaca que esse trabalho, além de possibilitar uma transição mais tranquila, é uma obrigação institucional, uma vez que se configura como uma prestação de contas. Nada mais a tratar, o Presidente declara encerrada a reunião. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.